

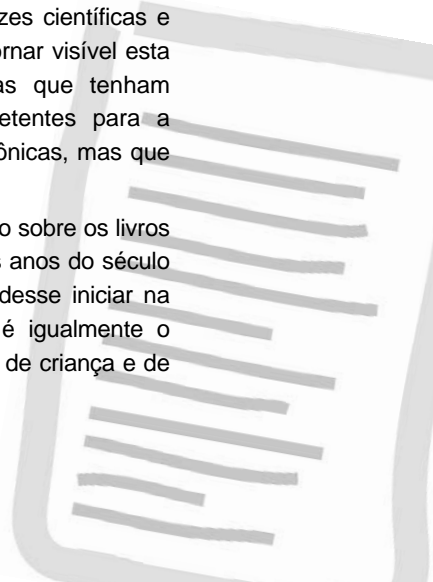
Editorial

Com este segundo número do ano da Revista Portuguesa de Educação inaugura-se mais um ciclo de três anos de um projecto editorial que, apesar de quadros sociais e académicos pouco favoráveis à dedicação a actividades que extrapolam o individual, tem sido mantido e acarinhado pelos investigadores do Centro de Investigação em Educação, da Universidade do Minho. A nova imagem, as novas normas de colaboração, mas particularmente o alargamento da estrutura editorial não traduzem, contudo, mudanças nos propósitos com que a Revista foi criada e que, ao longo dos seus 23 anos de existência, foram paulatinamente reforçados. Pelo contrário. A reconfiguração da estrutura directiva e o alargamento do Conselho Editorial, particularmente, apenas visam reforçar condições capazes de continuar a assegurar o estatuto académico que a Revista foi construindo. Sabemos como, hoje em dia, a pressão que se coloca aos Autores para apresentarem produção regular acaba por se reflectir também no modo de conceber e, em consequência, de conduzir a actividade das publicações periódicas. O projecto editorial que a RPE assume para o próximo triénio não deixará, ainda assim, de ter como missão primeira a de continuar a dar cumprimento aos princípios de qualidade científica, de relevância social dos textos e de abertura à pluralidade das vozes envolvidas no campo da Educação que, desde sempre, se impôs.

Estamos convictos que os textos deste número cumprem todos aqueles requisitos.

No primeiro texto, José Eustáquio Romão “revisita vozes científicas e epistemológicas silenciadas”, na assumpção da missão de “tornar visível esta hipótese tão atraente: a existência de Razões Oprimidas que tenham desenvolvido ‘epistemologias alternativas’, que são competentes para a superação da crise da *gnosis* e da *episteme* que são hegemônicas, mas que não têm legitimidade científica”.

Já Carlota Boto, no segundo texto, apresenta um estudo sobre os livros didácticos portugueses dos meados do século XIX e primeiros anos do século XX, demonstrando como ensinar a ler vai muito para além desse iniciar na técnica das letras. Como a Autora desvela, ensinar a ler é igualmente o processo mediador da formação em valores de pátria, família, de criança e de disciplina, entre outros aspectos de civilização.



No terceiro texto, Deise Mancebo discute as políticas para a educação superior no Brasil, situando-as em quadros mais amplos, como Bolonha ou o Banco Mundial, cujos “conceitos organizadores tornam a gestão das universidades cada vez mais parecidas com a empresa”. Entre as conclusões, a Autora realça a dificuldade de acções de oposição e resistência colectiva, mostrando como acções isoladas “mesmo que exemplares” são insuficientes para a necessária reforma radical da universidade.

Armando Loureiro, partindo de uma distinção entre conhecimento e saber, apresenta, no quarto texto, um estudo de base etnográfica, levado a cabo junto de uma equipa técnica de educação de adultos. Visando compreender o saber desses profissionais, o Autor conclui que a relação dos práticos com o saber é dinâmica, transformando, recriando e usando o saber colectivamente construído e que, apesar de se integrarem numa comunidade de saber, a sua heterogeneidade não é rasurada.

O quinto texto, de Ana Maria Costa e Silva, Ana Paula Caetano, Isabel Freire, Maria Alfredo Moreira, Teresa Freire e Ana Sousa Ferreira, visa contribuir para a definição do perfil socioprofissional dos mediadores socioeducativos, bem como caracterizar contextos e práticas destes novos actores do trabalho em educação. As Autoras salientam a natureza multidisciplinar e complexa da mediação “que se assume como conceito aberto e actividade mobilizadora de diferentes perfis e competências pessoais e profissionais”. Relevam ainda aspectos que apontam para a importância da continuidade da investigação no sentido da definição de um perfil especializado de formação e desempenho para uma actividade “cada vez mais fundamental na educação par uma cidadania responsável”.

A partir da análise de experiências pessoais e profissionais, Zenólia Figueiredo discute, numa abordagem sociológica, o lugar das experiências e da formação ampla na constituição de formas identitárias dos docentes de educação física. Conclui sobre a não existência de uma formação ideal, mas “apenas evidências de que os professores estão a buscar um tipo de formação coerente com as identificações construídas por eles”. Visando igualmente apresentar as “principais singularidades desta formação do professor de educação física”, a autora destaca “a influência significativa da crise epistemológica da área nos processos de aprendizagem e de r(re) construção de formas identitárias docentes”.

Carmen Lúcia Silva e Neiva Santos, no âmbito da pedagogia na graduação em enfermagem, apresentam os resultados de um estudo qualitativo que visou compreender os entendimentos dos estudantes sobre “cenários de aprendizagem na facilitação da construção de conhecimento”. Reforçando a relevância do recurso aos “cenários de aprendizagem”, as autoras concluem sobre a necessidade de repensar a enfermagem sob “o condão da cidadania não dissociada das questões do poder”.

O oitavo texto, de Vera Lúcia Silva e Vilma Nista-Piccolo, sobre dificuldades de aprendizagem de estudantes brasileiros do ensino fundamental, apresenta uma investigação sobre intervenções pedagógicas orientadas segundo a perspectiva das inteligências múltiplas. Tais intervenções visaram “estimular a pluralidade intelectual” dos estudantes e a sua análise permitiu identificar práticas escolares que podem ter contribuído para as “dificuldades de aprendizagem”. Do estudo, as Autoras destacam aspectos como a motivação, a disciplina e a expressividade, em que os estudantes evidenciaram significativas mudanças.

No texto de Sílvia Monteiro, Leandro Almeida, José Cruz e Rosa Vasconcelos, analisam-se as percepções que alunos de engenharia, considerados de excelência, têm dos seus professores. Os Autores concluem que os aspectos mais focados dizem respeito a dimensões da instrução, do ambiente de aprendizagem e das características pessoais dos professores. O Professor é assim visto como “bastante além da figura que transmite conhecimentos”. Neste sentido, entre outras implicações, os Autores apontam as “necessidades e exigências” que se colocam a estes alunos, nomeadamente de “mais incentivos e oportunidades ... para além do curricularmente estipulado”.

No último texto, Pedro Álvarez e Pedro Vega discutem uma estratégia didáctica no âmbito da educação para a sustentabilidade, integrando dois eixos: o da Educação Ambiental e da Educação para o Consumo. A análise permite concluir que a estratégia, apesar de necessitar de um desenvolvimento mais amplo no tempo, favoreceu o desenvolvimento de atitudes pró-ambientais por parte dos alunos do ensino secundário, a par de um envolvimento mais activo nas actividades escolares.

Maria de Lourdes Dionísio